

PREFÁCIO

Este é um livro de macroeconomia aberta voltada para o desenvolvimento econômico. É uma maneira nova de pensar o crescimento econômico e a estabilidade macroeconômica que afirma o papel decisivo do mercado na coordenação das economias modernas, mas é crítica do liberalismo econômico e da teoria neoclássica e monetarista. É uma teoria e uma proposta de políticas econômicas pós-keynesiana e novo-desenvolvimentista; pós-keynesiana porque supõe que o crescimento é puxado pela demanda; novo-desenvolvimentista, porque supõe que o desenvolvimento econômico é um processo de mudança estrutural associado a uma estratégia nacional de desenvolvimento que combina coordenação pelo mercado e pelo Estado, porque está voltada para o equilíbrio dos cinco preços macroeconômicos, porque está focada na taxa de câmbio, no déficit ou superávit em conta-corrente e na taxa de lucro em vez de na taxa de juros e no déficit público, e porque supõe uma coalizão de classes desenvolvimentista em vez de uma coalizão liberal-dependente. É uma teoria que se baseia na macroeconomia pós-keynesiana e no desenvolvimentismo clássico,¹ mas é crítica destas duas escolas de pensamento: da primeira, porque ela não foi pensada tomando em consideração os países em desenvolvimento que são o objeto da macroeconomia desenvolvimentista ou estruturalista do desenvolvimento,² da segunda porque foi pensada para um estágio de desenvolvimento anterior ao qual se encontram hoje as economias em desenvolvimento e, particularmente os países de renda média. É crítica das duas, no plano teórico, porque elas não analisam de maneira satisfatória o equilíbrio dos cinco preços macroeconômicos e porque não dão a necessária importância à taxa de câmbio e aos déficits ou superávits em conta-corrente, e, no plano prático, porque aceitam a política de crescimento com poupança ou endividamento externo. O nome mais geral desse

¹ Quando falamos em Desenvolvimentismo Clássico, referimo-nos ao pensamento de economistas como Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Gunnar Myrdal, Raul Prebisch, Hans Singer, Celso Furtado e Albert Hirschman.

² Bresser-Pereira usou inicialmente a expressão “macroeconomia estruturalista do desenvolvimento”, mas quando foi escrito originalmente em inglês concluímos que seria melhor denominá-la “macroeconomia desenvolvimentista”, porque o termo “estruturalista” tem um sentido diferente para economistas fora da América Latina. E decidimos conservar essa denominação nesta tradução.

novo quadro teórico que está em construção no Brasil desde o início dos anos 2000 é novo desenvolvimentismo. Ele é formado por uma microeconomia, uma macroeconomia e uma economia política. A macroeconomia novo-desenvolvimentista está sistematizada neste livro. Da microeconomia existem apenas algumas ideias: a definição do crescimento econômico como sofisticação produtiva, a distinção nas economias capitalistas de um setor competitivo, onde o Estado deve estar pouco presente, e um setor não competitivo onde o planejamento e a coordenação Estado são essenciais, o entendimento da política industrial como um complemento e não como um substituto do equilíbrio macroeconômico. A economia política novo-desenvolvimentista está voltada para a análise histórica do Estado desenvolvimentista e das coalizões de classe desenvolvimentistas que lhe asseguram apoio na sociedade. Essas coalizões são formadas por empresários industriais, a classe trabalhadora e a burocracia pública, em oposição às coalizões liberais formadas pelos capitalistas rentistas, inclusive uma grande classe média rentista, os financistas e os interesses estrangeiros.

O novo desenvolvimentismo entende o desenvolvimento econômico como sofisticação produtiva, e o desenvolvimento humano ou progresso o processo histórico através do qual as sociedades modernas buscam se aproximar dos cinco objetivos políticos das sociedades modernas: segurança, liberdade individual, bem-estar econômico, justiça social e proteção do ambiente. A questão da justiça social ou da diminuição das desigualdades é fundamental para o novo desenvolvimentismo e, finalmente, por uma *política distributiva* que busque a compatibilização do crescimento com a diminuição das desigualdades é fundamental para o novo desenvolvimentismo, e os instrumentos existentes nas sociedades capitalistas para alcançá-la são quatro: uma política de salário mínimo, uma política tributária baseada em impostos diretos e progressivos, uma política de expansão e de melhoria da qualidade e da eficiência no oferecimento dos grandes serviços sociais do Estado, e, finalmente, a definição de um *nível* de taxa de juros baixo em torno do qual o Banco Central realize sua política monetária.

A macroeconomia desenvolvimentista é, portanto, um capítulo do novo desenvolvimentismo. É uma nova forma de pensar a macroeconomia.

- Nova porque afirma que, nos países em desenvolvimento, a taxa de câmbio tende a ser apreciada cíclica e cronicamente, ou seja, no longo prazo.
- Nova porque considera a taxa de câmbio, os déficits em conta-corrente e a taxa de lucro como as principais variáveis macroeconômicas, em lugar da taxa de juros e dos déficits públicos.
- Nova porque está voltada para os cinco preços macroeconômicos – as taxas de lucro, de juros, de câmbio, de salários e de inflação –, que o mercado não tem condições de tornar “certos”; deixados esses preços livres, a taxa de lucro esperada tenderá a ser insatisfatória, o nível da taxa de juros tenderá a ser alto, a taxa de câmbio tenderá a ser sobreapreciada, a taxa de salários deverá ser artificialmente

alta devido à apreciação cambial, e a taxa de inflação deverá ser alta, porque aumentará sempre que houver uma crise financeira.

- Nova porque contém uma nova teoria da determinação da taxa de câmbio a partir da distinção entre seu valor e seu preço.
- Nova porque para ela o investimento depende não apenas da existência de oportunidades de investimentos lucrativos proporcionadas por uma demanda forte, mas também da taxa de câmbio porque, dada a elevada probabilidade de ela estar apreciada no longo prazo, e, dessa forma, não garantindo às boas empresas do país o *acesso* à demanda.
- Nova porque tem como um de seus modelos centrais um novo modelo de *doença holandesa* baseado na existência de dois equilíbrios ou dois valores para a taxa de câmbio.
- Nova porque apresenta uma forma de neutralizar a doença holandesa: um imposto sobre as exportações das commodities que lhe dão origem.
- Nova porque mostra que quando um país que logra neutralizar sua doença holandesa apresentará um superávit em conta-corrente.
- Nova porque é crítica da política de crescimento com poupança ou endividamento externo, ou seja, de se procurar crescer graças a déficits em conta-corrente financiados por empréstimos e por investimentos diretos, que geralmente não se somam à poupança interna, mas ao consumo.
- Nova porque sustenta, contraintuitivamente, que os países de renda média que têm doença holandesa *não* precisam de capitais externos para crescer, já que, se a neutralizarem, apresentarão necessariamente superávit em conta-corrente ao mesmo tempo em que as empresas terão mais estímulo para investir.
- Nova, finalmente, porque não vê o dualismo e a falta de capitais como a principal diferença entre os países ricos e os de renda média, além do próprio nível de renda *per capita*, mas o fato de que estes se endividam em moeda estrangeira (que eles não podem nem emitir nem desvalorizar).
- Nova porque afirma que as crises cambiais ou de balanço de pagamento são cíclicas, resultando da “estratégia” habitualmente adotada de crescimento com endividamento externo.

A macroeconomia desenvolvimentista é crítica do keynesianismo ou do desenvolvimentismo “vulgar” – uma visão populista da macroeconomia keynesiana que resolve todos os problemas através da expansão fiscal, da mesma forma que a ortodoxia vulgar os resolve pelo recurso à austeridade. Diante de uma grande crise de superprodução ou falta de demanda, Keynes fez a grande crítica da teoria neoclássica, mostrando que nesse caso impunha-se a expansão fiscal em vez da redução da despesa pública para causar a redução dos salários. Diferentes, porém, são as crises de balanço de pagamentos que decorrem da perda de competitividade das empresas nacionais. Nesse caso, o

país deprecia sua moeda em tempo, ou ao mesmo tempo que reduz a despesa pública para controlar a inflação temporária resultante da depreciação, ou nada faz para que não haja o inevitável mas limitado custo de aumento da inflação e redução dos rendimentos reais, à espera que uma crise de balanço de pagamentos “resolva” o problema com perdas gerais e incontroladas para todos. Dessa maneira, somos críticos tanto do populismo fiscal como cambial. O novo desenvolvimentismo defende a responsabilidade fiscal, expressa no equilíbrio intertemporal das contas públicas, e a cambial, expressa em uma taxa de câmbio que torne competitivas as empresas competentes existentes em um país e no equilíbrio da conta-corrente. Enquanto a ortodoxia liberal é sempre irresponsável ou populista no plano cambial, porque estimula os déficits em conta-corrente, que constituiriam “poupança externa”, o desenvolvimentismo é com frequência irresponsável no plano fiscal e cambial, transformando-se em desenvolvimentismo ou keynesianismo vulgar.

A teoria econômica busca entender como funcionam os sistemas econômicos capitalistas ou de mercado e definir as políticas que devem ser usadas para fazê-los funcionar melhor. Seu objetivo é melhorar o padrão de vida da população e, ao mesmo tempo, tornar os sistemas econômicos nacionais mais estáveis e menos desiguais. Neste livro, nosso objetivo é apresentar uma macroeconomia desenvolvimentista simples e coerente, assim como as políticas econômicas a ela associadas. O método adotado é o histórico-dedutivo, que é também o método da teoria econômica clássica e da macroeconomia keynesiana. Seu objeto são os países em desenvolvimento, em particular os países de renda média. Sua referência histórica positiva é a experiência bem-sucedida do Brasil entre 1930 e 1980, quando realizou sua revolução industrial e capitalista, e a dos países do Leste Asiático, como a Coreia do Sul e Taiwan, que lograram realizar o *catching up* ou alcançamento, demonstrando ter uma nação mais independente ou autônoma do que as nações latino-americanas. Esses países não têm recursos naturais abundantes e baratos, o que, afinal, se revelou uma vantagem, porque os poupa de ter de neutralizar a doença holandesa – uma tarefa difícil devido à generalizada falta de conhecimento do que seja essa desvantagem competitiva e aos problemas políticos envolvidos. Não obstante, a Coreia do Sul e mais três países do Sudeste Asiático não foram tão resistentes como deveriam ao Consenso de Washington – o que explica a grande crise financeira que sofreram em 1997.³

O desenvolvimentismo clássico ou estruturalismo foi o sistema teórico que orientou os desenvolvimentismos realmente existentes dos países latino-americanos desde 1930 até 1990, alternando-se com breves períodos liberais. Esses desenvolvimentismos foram

³ A grande crise financeira da Coreia do Sul, Tailândia, Indonésia e Malásia foi uma crise de balanço de pagamentos, que não teve origem em déficits públicos elevados, mas em déficits em conta-corrente elevados. Foram, portanto, crises que, como veremos, são explicadas pela política de crescimento com poupança ou endividamento externo, ou seja, por déficits em conta-corrente e aumento do endividamento externo – uma política cuja crítica é central para o novo desenvolvimentismo.

autoritários ou democráticos, conservadores ou progressistas, bem ou malsucedidos. O desenvolvimentismo foi bem-sucedido em promover a revolução industrial e capitalista no caso do Brasil e do México, entre os anos 1930 e 1980. Todos os países, independentemente de o Estado ser desenvolvimentista ou liberal, enfrentaram o problema do populismo econômico, tanto o de caráter fiscal quanto o cambial, tanto o Estado gastando mais que arrecada de forma irresponsável e apresentando elevados déficits públicos, quanto o Estado-nação fazendo o mesmo e apresentando elevados déficits em conta-corrente. Mais recentemente, porém, depois que as reformas neoliberais dos anos 1990 fracassaram em promover o desenvolvimento econômico, surgiram desenvolvimentismos democráticos e sociais em vários países latino-americanos pré-industriais, mas vários acabaram por dar mais peso à distribuição do que ao crescimento, e, afinal, não foram bem-sucedidos em promover sua revolução industrial e capitalista.

O novo desenvolvimentismo supõe, primeiro, que os Estados-nações são por natureza competitivos e, por isso, nacionalistas do ponto de vista econômico; segundo, que esse quadro de competição é também um quadro de hegemonia no qual os países ricos buscam ocupar os mercados internos dos países em desenvolvimento com suas mercadorias e serviços mais sofisticados, com seu financiamento, e com suas empresas multinacionais; e, terceiro, assume que o mercado é uma extraordinária instituição de coordenação econômica, mas apenas ele realmente existe, nos setores competitivos da economia. Não poderia ser de outra forma, já que o mercado é uma instituição que coordena os sistemas econômicos através da competição. Além disso, o mercado não é eficiente no plano macroeconômico, como uma infinidade de crises econômicas e financeiras tem demonstrado. Assim, além de planejar os investimentos no setor não competitivo – principalmente a infraestrutura –, cabe ao Estado realizar uma política macroeconômica *ativa* e responsável. Mas não basta uma política monetária e fiscal, como ensina a macroeconomia keynesiana; conforme veremos neste livro, uma política cambial competente é essência para a estabilidade financeira e o desenvolvimento econômico.

A macroeconomia desenvolvimentista tem origem na macroeconomia keynesiana, que surge nos anos 1930, e no desenvolvimentismo clássico, que foi concebido entre os anos 1940 e 1960. Este identificava o desenvolvimento econômico com industrialização, e mostrava que os países em desenvolvimento dependiam da intervenção do Estado para realizar sua revolução industrial. Essa visão, assim como a macroeconomia keynesiana, baseada na tendência à insuficiência de demanda, prevaleceu entre os anos 1940 e 1960, em grande parte como consequência do colapso financeiro de 1929 e da Grande Depressão da década de 1930, que desmoralizaram o liberalismo econômico e a teoria econômica neoclássica e monetarista que o legitimava. O pós-guerra, ou Anos Dourados do Capitalismo, foi o grande momento do keynesianismo, das finanças internacionais reguladas por Bretton Woods, da decorrente estabilidade financeira mundial, e do Banco Mundial como instituição desenvolvimentista. Aproveitando-se

desse quadro ideológico e institucional favorável, vários países em desenvolvimento usaram as teorias e estratégias desenvolvimentistas para se industrializarem e realizarem sua revolução industrial e capitalista. Isto não é surpreendente dado que todos os países hoje ricos e também os de renda média realizaram sua revolução capitalista no quadro do desenvolvimentismo, e não do liberalismo econômico.⁴ Entre os países em desenvolvimento nem todos foram bem-sucedidos, porque as estratégias desenvolvimentistas exigem uma competência técnica e uma resistência ao populismo econômico dos políticos e policymakers que, com frequência, não estão presentes nesses países, principalmente nos mais pobres.

Entretanto, nos anos 1970, nos Estados Unidos e no Reino Unido, crise econômica acompanhada pela queda da taxa de lucro e o aumento da inflação abriu espaço para a retomada do poder no plano ideológico, pelo liberalismo econômico, agora denominado neoliberalismo, e no plano acadêmico, pela teoria econômica neoclássica que, devido a seu platonismo ou idealismo matemático, sempre exerceu grande atração nos meios universitários. Nesse momento, Albert Hirschman (1981) escreveu um trabalho que pode ser entendido como o “obituário” do desenvolvimentismo clássico. Nos anos 1980 a crise deslocou-se dos países ricos para os países em desenvolvimento, que haviam se endividado em moeda estrangeira na década anterior. Temos, então, a grande crise financeira que foi a “crise dívida externa”, que debilitou os países latino-americanos e os levou a se sujeitarem à ortodoxia liberal, enquanto os países asiáticos sofreram menos, porque haviam se endividado muito menos, e porque suas elites mostraram-se menos dependentes e permaneceram mais fiéis às suas ideias desenvolvimentistas. Seu desenvolvimento econômico pautou-se, inicialmente, pelos princípios do desenvolvimentismo clássico, mas já nos anos 1970 os países asiáticos de crescimento rápido passaram a adotar políticas voltadas para a exportação de bens manufaturados e para a inserção competitiva, em vez de subordinada, nos mercados mundiais.

Na América Latina, muitos economistas, incluindo os três autores deste livro, não se conformavam com a hegemonia das ideias neoliberais e neoclássicas a partir dos anos 1990, porque essas ideias, focadas apenas no combate da inflação, aumentavam a desigualdade econômica e não contribuíam para o crescimento econômico com estabilidade financeira e inclusão social. No início dos anos 2000, um dos autores deste livro retomou a ideia do desenvolvimentismo enquanto sistema teórico, que denominou novo desenvolvimentismo, e passou a formular os primeiros modelos que constituiriam a macroeconomia desenvolvimentista, os quais são, pela primeira vez, plenamente desenvolvidos e apresentados de forma sistemática neste livro. O novo desenvolvimentismo pretende ser a teoria e a estratégia que, para países em desenvolvimento pré-industriais,

⁴ Ainda que os liberais insistam em apresentar os Estados Unidos como um exemplo de industrialização ocorrida no quadro do liberalismo econômico, isto não é verdade. O governo americano sempre adotou uma ativa política industrial, e só abandonou um sistema de tarifas de importação fortemente protecionista em 1939.

oferece subsídios para que eles realizem sua revolução industrial e capitalista, e que orienta os países de renda média, que já realizaram sua revolução capitalista, a crescer com estabilidade, realizando gradualmente o alcançamento. A macroeconomia desenvolvimentista é o componente mais original do novo desenvolvimentismo em relação ao desenvolvimentismo clássico, porque neste não havia uma macroeconomia; havia apenas algumas ideias, como a teoria estruturalista da inflação, e a adoção sem adaptação maior da macroeconomia keynesiana.

Este livro é a tradução aperfeiçoada de nosso livro pela Routledge, *Developmental Macroeconomics* (2014), porque as ideias aqui discutidas são um *work in process*, e porque tivemos mais tempo para tornar mais precisos alguns dos conceitos e modelos econômicos. Os aperfeiçoamentos ocorreram principalmente no Capítulo 5, sobre o valor da moeda estrangeira e os equilíbrios corrente e industrial, e no Capítulo 12, sobre dever ser a estratégia de crescimento *export-led* ou *wage-led*. O título que pensamos originalmente para o livro em inglês era *Macroeconomia Estruturalista do Desenvolvimento*, mas os editores argumentaram que a palavra “estruturalismo” faz pouco sentido para os economistas fora da América Latina, o que nos levou ao título *Macroeconomia Desenvolvimentista*. Decidimos manter o título do livro na tradução para o português, inclusive porque, assim, fica clara a sua relação com o novo desenvolvimentismo.

As novas ideias aqui desenvolvidas tiveram origem nos trabalhos de Bresser-Pereira (1999, 2001) que iniciaram a crítica da política de crescimento com poupança ou endividamento externo, tema aprofundado e ampliado para a crítica da política de alto nível de juros em Bresser-Pereira e Nakano (2002, 2003). Passou a despertar um interesse maior no trabalho de Bresser-Pereira (2006) que o distinguiu do Desenvolvimentismo Clássico (que chamou de “velho desenvolvimentismo”) e da ortodoxia liberal, e mostrou que há uma terceira alternativa novo-desenvolvimentista baseada na responsabilidade fiscal e cambial. Também em 2006, Luiz Fernando de Paula escreveu sobre o conceito de novo desenvolvimentismo. Entre 2004 e 2006 Bresser-Pereira orientou a tese de doutoramento de Paulo Gala (2006) sobre a taxa de câmbio e o crescimento econômico que deu origem a um *paper* comum formalizando a crítica do crescimento com poupança externa (2007) e o *paper* assinado apenas pelo segundo mostrando a relação econométrica entre a taxa de câmbio e o crescimento (GALA, 2008). Em 2007, Bresser-Pereira publicou um livro sobre a economia brasileira, *Macroeconomia da Estagnação*, no qual aplicou os novos modelos à economia brasileira e em 2008 publicou seu artigo básico sobre a doença holandesa; em 2009, o livro *Globalização e Competição*, onde apareceu pela primeira vez a tendência histórica da macroeconomia desenvolvimentista: a tendência à sobrevalorização cíclica e crônica da taxa de câmbio. Nesse mesmo livro, assinou com seu orientado, Lauro González, trabalho mostrando a relação direta entre as crises de balanço de pagamentos e o recurso à poupança ou ao endividamento externo. Em 2009, José Luis Oreiro e Luiz Fernando de Paula divulgaram

o trabalho sobre o novo desenvolvimentismo e a agenda de reformas macroeconômicas para crescimento. Em 2010, Bresser-Pereira, em 2012, Nelson Marconi e André Nassif, Carmen Feijó e Eliane Araújo, e em 2014, José Luis Oreiro, Flávio Basílio e Gustavo Souza estimaram o equilíbrio industrial da taxa de câmbio. Ainda em 2012, Bresser-Pereira, Marconi e Oreiro apresentam em Bilbao a formalização da macroeconomia desenvolvimentista proposta pelo último, que faria parte deste livro, publicado inicialmente no Reino Unido, em 2014. Em 2013 avançou no desenvolvimento de sua teoria da determinação da taxa de câmbio ao distinguir nela um valor e um preço, e ao afirmar que o equilíbrio corrente e o equilíbrio industrial são definidos em termos de valor, enquanto a tendência à sobrevalorização cíclica e crônica da taxa de câmbio refere-se à taxa de câmbio de mercado. Em 2015, Philip Arestis e Marco Flávio da Cunha Resende mostraram a substituição da poupança interna pela externa, enquanto Maria de Lourdes Mollo e Adriana Amado, de um lado, e Fernando Ferrari Filho e Pedro Cezar Dutra Fonseca, de outro, procuravam encontrar diferenças e aproximações entre o novo desenvolvimentismo e uma manifestação recente do Desenvolvimentismo Clássico que ficou conhecida por “social-desenvolvimentismo”. Em 2015 Bresser-Pereira rejeitou essa comparação, argumentando que o desenvolvimentismo social foi uma prática de governo no Brasil entre 2003 e 2014, enquanto que o Novo Desenvolvimentismo é um sistema teórico em construção. Robert Boyer, escrevendo a Introdução à edição francesa e portuguesa de *Globalização e Competição* talvez tenha acertado quando sugeriu que uma nova escola de pensamento estava surgindo no Brasil. Na verdade, um significativo grupo de economistas do desenvolvimento estavam trabalhando em conjunto para reconstruir a teoria econômica desenvolvimentista, que estava agora evoluindo no sentido de uma macroeconomia desenvolvimentista ou estruturalista do desenvolvimento. Nos Estados Unidos, Lance Taylor (1983, 2004) foi um pioneiro nessa questão. Em Genebra, esse renascimento ficou evidente nos *Trade and Development Reports* da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), primeiro, sob a coordenação de Yilmaz Ayuz e Jan Kregel, e, posteriormente, de Heiner Flassback, que deram à teoria do desenvolvimento econômico um fundamento macroeconômico mais sólido; em Paris, Michel Aglietta e Robert Boyer voltaram a Escola da Regulação para o estudo das crises financeiras, e Robert Boyer e Bruno Amable, para os modelos de capitalismo, entre os quais existe um capitalismo desenvolvimentista; em Cambridge, Ha-Joon Chang organizou o Caporde (Cambridge Advanced Program on Rethinking Macro and Development Economics), um programa que reavivou a abordagem estruturalista do crescimento econômico com a participação, entre outros, de Gabriel Palma (que realizou trabalhos importantes sobre a doença holandesa) e José Antonio Ocampo, programa esse que passou a ser realizado também no Brasil sob a coordenação de Bresser-Pereira; no Brasil, Luiz Gonzaga Belluzzo e Luciano Coutinho, na Unicamp, fizeram ainda nos anos 1990 a crítica brasileira da financeirização; e, na

Argentina, Roberto Frenkel, Mario Damile e mais recentemente, Martin Rapetti, vem contribuindo de maneira significativa para a compreensão das relações entre a taxa de câmbio, as finanças internacionais e a macroeconomia. Em maio de 2010, com o apoio da Fundação Ford, realizou-se em São Paulo um workshop internacional sobre *As Dez Teses sobre o novo desenvolvimentismo* – uma clara alternativa ao Consenso de Washington.⁵ Aprovado e subscrito nos meses que se seguiram por um grande número de economistas e cientistas políticos de renome mundial, o documento tem agora seu próprio site na internet e as *Dez Teses* estão publicadas em vários idiomas. Desse modo, o novo desenvolvimentismo, que é uma forma nova de pensar o desenvolvimento humano ou o progresso, tornou-se também uma instituição. E tendo em vista o grande número de economistas que se sentiram atraídos pelas novas ideias, algumas pessoas estão se referindo a uma Escola Novo-Desenvolvimentista. Este livro se beneficia de todas essas contribuições.

Em todo o livro, tentamos manter a linguagem no nível do cidadão-leitor. É verdade que, em certos momentos, também utilizamos a matemática, mas de maneira relativamente simples. E, sempre que possível, preferimos explicações gráficas às explicações matemáticas. Estamos convencidos de que a teoria econômica básica pode e deve ser conhecida por todos os indivíduos com educação superior, na medida em que serve de base para políticas que têm um efeito direto e prolongado nas vidas de todos nós. E que toda teoria econômica baseada no método histórico-dedutivo ou histórico-estrutural é uma teoria simples. Simples, e também modesta, porque está bem consciente da imprevisibilidade do ser humano, e, portanto, da incerteza que caracteriza as decisões econômicas.

Este livro é um produto coletivo, no qual aproveitamos as contribuições de muitos economistas e cientistas políticos que, em vários pontos, ajudaram-nos a desenvolver nossas ideias: Adam Przeworski, Aldo Ferrer, Amit Bhaduri, André Nassif, Antonio Barros de Castro, Arturo Guillén R., Arturo O'Connell, C.P. Chandreskar, Carlos Aguiar de Medeiros, Carmen Feijó, Cícero Araújo, Deepak Nayar, Edwin Le Heron, Eliane Araújo, Fernando Cardim de Carvalho, Fernando Ferrari Filho, Francisco Eduardo Pires de Souza, Franklin Serrano, Gabriel Palma, Gerald Epstein, Ha-Joon Chang, Heiner Flassback, Jaime Marques Pereira, James Galbraith, Jan Kregel, Jan Prieue, Jayati Ghosh, José Antonio Ocampo, Kwame Sundaran Jomo, Lance Taylor, Lauro Gonzáles, Lauro Matei, Leda Paulani, Luiz Antônio Oliveira Lima, Luiz

⁵ Os participantes dessa conferência foram Amit Bhaduri, Antonio Barros de Castro, C.P. Chandreskar, Daniela Prates, David Kupfer, Edwin Le Heron, Fernando Cardim de Carvalho, Fernando Ferrari, Franklin Serrano, Gabriel Palma, Heiner Flassback, Jan Kregel, Jayati Ghosh, Jose Antonio Ocampo, José Luis Oreiro, Leonardo Burlamaqui, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Fernando de Paula, Nelson Barbosa, Nelson Marconi, Miguel Bruno, Osvaldo Sunkel, Paulo Gala, Philippe Faucher, Ricardo Bielschowsky, Ricardo Carneiro, Robert Boyer, Roberto Frenkel, Rogério Sobreira, Thomas Palley e Yoshiaki Nakano. Agradecemos a todos.

Fernando de Paula, Luiz Gonzaga Belluzzo, Marco Capraro Brancher, Marcus Iano-
ni, Martin Rapetti, Mathias Vernengo, Nelson Barbosa, Osvaldo Sunkel, Pascal Petit,
Paulo Gala, Pedro Rossi, Philip Arestis, Pierre Salama, Ricardo Bielschowsky, Robert
Boyer, Robert Guttman, Roberto Frenkel, Thomas I. Palley, Vera Cepeda e Yoshiaki
Nakano.